

Pessoa com limitação oriunda de deficiência e inclusão democrática na sociedade da informação: em destaque a EAD

Mestre em Educação Física- Pedagogia do Movimento – FEF/UNICAMP
Doutoranda em Políticas Públicas e Formação Humana – PPFH
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ
Bolsista da FAPERJ

Cristina Borges De Oliveira
cristinborges@bol.com.br
(Brasil)

Resumo

O objetivo do presente texto é discutir as possibilidades que estão colocadas para o acesso e permanência de pessoas deficientes na educação superior na realidade brasileira. Neste sentido, o texto propõe a reflexão acerca da Educação à Distância (EAD) em sua terceira fase – educação com uso de tecnologias de informação e comunicação (TIC), a partir da interatividade do *ciberespaço*, priorizando as novas formas de comunicação e de aprendizagem informais através das redes digitais. O texto pretende apresentar elementos que podem contribuir para a compreensão sobre a comunicação e suas implicações com a formação humana e social.

Unitermos: Inclusão. Educação Superior. Educação à Distância.

Abstract

The objective of present text is to discuss the possibility of access and permanence of disability people in superior education in Brazilian reality. The text to propose the reflection about of distance education (EAD) in her third phase – education with use of information and communication technology (TIC), since of interactive potential of cyberspace, we have prioritized the way news of communication and of informal apprentice ship across of digital network. The text intend to do present elements that com to contribute for understanding about the communication and her implication with the human e social formation.

Keywords: Inclusion. Superior Education. Distance Education.

<http://www.efdeportes.com/> Revista Digital - Buenos Aires - Año 12 - N° 117 - Febrero de 2008

O ciberespaço como processo de Inclusão sócio-educacional

Inegavelmente, um avanço tecnológico e informacional que alcança a área da educação está em curso e faz com que a cada nova tecnologia o homem mude a forma de sentir, pensar e agir. Estas mudanças na maneira de pensar, sentir e agir o mundo dos homens e dos objetos é que produz o avanço no conhecimento. A proliferação de *sítes* educativos e de programas destinados a facilitar os estudos e a comunicação, além das possibilidades interativas da rede virtual, são indícios que nos obrigam a ampliação do modo de entender e fazer a educação e ainda, interessarmo-nos em refletir sobre o papel da tecnologia na formação humana².

Seguindo as idéias do pensador francês Jean Baudrillard³, o sistema tecnológico desenvolvido na contemporaneidade deve estar inserido em estratégias capazes de suportar a expansão contínua de uma perspectiva crítica, considerando que as redes geram uma quantidade de informações que ultrapassam limites a ponto de influenciar na definição da massa crítica. Os ambientes estão impregnados midiaticamente a fim de sustentar este sistema. A dependência deste *feudalismo tecnológico* é a garantia de que a relação entre o capital, os produtos e as idéias se estabeleça de forma plena, o que pode ser visto como uma 'servidão voluntária', resultante de um sistema que se movimenta num processo espiral contínuo de auto-sustentação.

A ampliação, de modo significativo, da modalidade de educação à distância (EAD), a qual se apresenta, hoje, como uma das estratégias de formação humana se constitui numa maneira concreta de fazer com que a Educação Superior ultrapasse variadas barreiras, inclusive a que se refere à concentração de escolarização nos centros urbanos mais desenvolvidos e ainda aquele referente à acessibilidade.

Concebemos a EAD como proposta educativa transformadora que inova a comunicação pedagógica entre

indivíduos espacialmente distantes e como incorporação de recursos tecnológicos de comunicação e informação na educação enquanto possibilidade inequívoca do momento histórico contemporâneo, que potencialmente pode viabilizar uma efetiva mutação da nossa realidade educacional. Estamos aqui tratando da EAD que utiliza a cibercultura como possibilidade de educação informal e, principalmente, formal.

A cibercultura⁴ provém de um espaço de comunicação mais flexível que o produzido nas mídias convencionais. Também conhecida como *cyberespaço*, termo comum na ficção científica, possui variações podendo ser compreendida como o espaço das comunicações por rede de computadores que ocorre de forma virtual, utilizando-se dos meios modernos de comunicação, entre eles a Internet. No *cyberespaço* a relação com o outro se desdobra no contexto do *todos-todos*. A cooperação torna-se um dos pontos chave da cibercultura, podendo ser visualizada através do compartilhamento dos mais variados arquivos e comunidades virtuais.

O *cyberespaço* se contrapõe à pragmática da comunicação que, desde a invenção da escrita, abarca o universal e a totalidade e se coloca como uma grande rede interconectada mundialmente, com um processo de comunicação universal sem totalidade, seguindo um caminho interativo de comunicação, possibilitando aos navegantes da *rede* participar democraticamente desse modelo de interatividade que comporta de *todos para todos*.

A cibercultura, aqui, é perspectivada como um processo que envolve além de tecnologia, alterações nas dinâmicas sócio-comunicacionais, sócio-econômicas, sócio-culturais. É uma possibilidade de pessoas, através de equipamentos, trocarem informações das mais variadas formas, não podendo ser configurada apenas como um fenômeno tecnológico. Assim vista, apreendemos que a cibercultura, se for usada para esse fim, pode resgatar manifestações culturais baseadas em trocas e influências mútuas, o que no contexto informático distintos autores chamam de cultura *copyleft*.

A operacionalização da EAD que se utiliza da rede virtual como forma de comunicabilidade, aprendizagem colaborativa e interação, fundamenta a relevância da temática desenvolvida neste estudo, sublinhando que a característica e significado da rede e o valor contido na *cibercultura* é a universalidade. De acordo com Villardi⁵ para caracterizar a EAD faz-se mister lançar mão do modelo de educação presencial sem, no entanto, construir um paradigma que transporte para a EAD os mesmos erros cometidos na educação presencial.

Para efeito dos indicadores de qualidade para Educação à Distância, considera-se que a diferença básica entre educação presencial e a distância está no fato de que nesta, o aluno tem acesso ao conhecimento e desenvolve hábitos, habilidades e atitudes relativos ao estudo, à profissão e a sua própria vida, no tempo e local que lhe são adequados, não com a ajuda em tempo integral da aula de um professor, mas com a mediação de professores (orientadores e tutores), atuando ora a distância, ora em presença e com o apoio de materiais didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados através dos diversos meios de comunicação [...] ⁶,

A partir do prisma da política governamental Educação de Qualidade para Todos, a modalidade Educação à Distância é convocada como uma das alternativas para democratização da educação em um espaço de tempo planejado e alcançando-se distintas regiões geográficas. Essas características possibilitam abarcar também as pessoas com algum tipo de limitação oriunda de deficiência facilitando o processo de acessibilidade à formação superior. Assim,

A educação a distância tem sido invocada como solução para as carências educacionais. Novos implementos técnicos potencializam o ensino a distância reforçando esta idéia. Sugerem a intensificação do esforço educacional e a ampliação do seu alcance social. As tecnologias educacionais dão a crer que possam atenuar disparidades

educacionais em várias partes do mundo. Ensejando tal perspectiva, projetos de ensino a distância são inseridos em políticas educacionais autodenominadas inclusivas (BATISTA 2002: 1).

No entanto, a EAD esta permeada também por contradições. Diversos autores afirmam que o apregoado avanço da tecnologia se soma aos estratagemas propagandistas de extrema valorização da educação e do conhecimento. Assim, a educação é entendida enquanto capital humano e desta maneira é simplificada e disponibilizada via rede por tecnologias sob controle privado, o que pode enfraquecer a democratização do ensino. Batista (2002: 4) alerta sobre a relação entre diferentes universidades do mundo com a EAD

*As mega-universidades que se utilizavam basicamente do ensino por correspondência são substituídas pelos consórcios que irradiam a partir de **campi** virtual. Valendo-se do alcance mundial das redes de informática e das telecomunicações, as atividades dos campi **off** não reconhecem fronteiras limítrofes. Deste modo, através de convênios, de pacotes educativos, de matrículas **on line**, entre outras modalidades de oferta de serviços educacionais estes consórcios penetram em nações, regiões e continentes. Os consórcios educacionais, assim como as corporações transnacionais, beneficiam-se da regulamentação patrocinada pela ideologia liberal.*

A EAD como alternativa de inclusão do estudante com limitações por deficiência

A felicidade individual tem por obrigação produzir efeitos coletivos, caso o contrário à sociedade será apenas o sonho do predador. O que cabe ao intelectual não é fazer juízo de valor, mas sim verificar que tipo de procedimento pode ser adotado para que não sejam novos patamares de exclusão.

Raquel Villardi, *Cultura Sociedade e Tecnologia*, 2005.

Importante refletirmos sobre as imbricações entre Educação à Distância (EAD) e a inclusão educacional do estudante com limitação por deficiência a partir de um questionamento: a EAD é sinônimo de refinamento da exclusão ou uma alternativa para a inclusão? A ideologia liberal destaca a educação como canal de ascensão social e solução para os problemas sociais sendo a educação e o conhecimento entendidos como forças materiais desde que aplicadas à produção da sociedade. Nesta ótica, ascendem as teorias que colocam a informação, a comunicação e o conhecimento no centro da vida social.

O ensino a distância na década de 90 caracteriza-se pela ascendência dos interesses privados sobre os públicos. Presidida pela perspectiva de abarcar mercados educacionais periféricos é acionada por corporações transnacionais que se valem de instituições acadêmicas em estratégia de marketing. Nucleando convênios, parcerias ou consórcios, instituições universitárias seculares transformam-se em plataformas de investimentos privados que visam conquistar o mercado educacional mundial. Formam-se grupos de investimento que confundem objetivos universitários com interesses mercantis de curto prazo. Administrações universitárias abraçam estratégias promocionais convertendo a excelência acadêmica em signo da inserção no mercado (BATISTA, 2002: 7).

Batista apresenta-nos uma visão bastante parcial da EAD, a qual ressalta sua negatividade. Entretanto, no Brasil existem inúmeras experiências positivas que são pesquisadas e descritas por outros autores e que também tratam da temática tendo a preocupação com os portadores de deficiência⁷. Apesar das contradições em torno do tema, a EAD é uma realidade concreta. Cabe-nos perguntar se ela pode ser considerada uma estratégia de política inclusiva.

Para nós, a EAD pode ser uma grande oportunidade para a educação das pessoas com limitações por deficiência ao possibilitar a superação de barreiras de comunicação, linguagem oral, informação, barreiras dos centros urbanos, facilitando para esses sujeitos a acessibilidade. Por respeitar o ritmo de aprendizagem individual, a EAD estimula a autonomia considerando a experiência e o conhecimento que cada um traz bem como as formas individuais de aprender. Desta perspectiva, a EAD substitui

o modelo biologicista de deficiência pelo paradigma social que significa adaptar o sistema educacional às necessidades especiais de qualquer estudante.

O ciberespaço, por sua vez, contempla a pluralidade e a diversidade humana, possibilitando que a pessoa com limitação oriunda de deficiência também usufrua dos bens culturais que as novas tecnologias proporcionam sem grandes constrangimentos. Interessa-nos, sobretudo, pensar o ciberespaço como possibilidade de acesso e acessibilidade de todos independente de suas características físicas e sensoriais, caracterizando-se como um aspecto da inclusão social visto que,

[...] a participação nesse espaço que liga qualquer ser humano a qualquer outro, [...] permite a comunicação entre si e consigo mesmo, [...] suprime os monopólios de difusão e permite que cada um emita para quem estiver envolvido ou interessado, essa reivindicação nos mostra, [...] que a participação nesse espaço assinala um direito, e que sua construção se parece com uma espécie de imperativo moral. [...] o ciberespaço não engendra uma cultura do universal porque de fato está em toda parte, e sim porque sua forma ou sua idéia implicam de direito o conjunto dos seres humanos. (LEVY, 1999: 119)

Advogar o ciberespaço como meio de EAD e justificar a sua validade social e científica é ressaltar que a sua utilização contempla diferentes objetivos, distintas pessoas com variadas visões de mundo e sociedade abarcando, num espectro otimista, uma entre tantas possibilidades de realização de inclusão educacional a partir das interações sociais proporcionadas pela comunicação. Tal experiência pode possibilitar a existência de formas variadas de usufruir as benesses das informações possibilitadas pela instauração da presença virtual na humanidade.

A formação à distância obriga o indivíduo a se organizar, o que o leva a organizar o seu pensamento de forma diferente, estimulado: ao auto-gerenciamento, o que corresponde, ser o sujeito ativo no seu processo de aprendizagem, ser capaz de desenvolver o próprio conhecimento. Conforme Villardi (2005: 2), não se trata apenas de expor o indivíduo à tecnologia, mas de considerar as modificações no sujeito ao desenvolver capacidades múltiplas para lidar com o novo, perspectivando “[...] o desenvolvimento de estratégias cognitivas capazes de promover a evolução das estruturas de conhecimento [...]”.

Sobre a *cibercultura*: utilizamos aqui a idéia de ampliação e pluralização de seres humanos utilizando a rede, o que a torna cada vez mais universal e cada vez menos o mundo informacional se apresenta totalizável enquanto ambiente legítimo de comunicação e educação para estudantes com limitações oriundas de deficiência.

O universal da cibercultura não possui nem centro nem linha diretriz. É vazio, sem conteúdo particular. Ou antes, ele os aceita todos, pois se contenta em colocar em contato um ponto qualquer com outro, seja qual for à carga semântica das entidades relacionadas (LEVY, 1999: 112).

O desenvolvimento dos meios digitais é, fundamentalmente, sistematizante e universalizante não apenas em si mesmo, mas, contudo a serviço de outros fenômenos tecnossociais. Possibilitando à globalização e intercomunicação de diversas áreas como biomédica, econômica, comercial, pesquisa científica, mídias, transportes, produção industrial, produção cultural, educacional, entre tantas.

Neste contexto, cabe a seguinte metáfora: se a internet se caracteriza como o principal rio do planeta informacional, sublinhamos com a mesma importância os muitos rios que o preenchem que se configuram em - redes independentes como as empresas, as associações civis, as universidades públicas e privadas, as mídias clássicas incluindo-se bibliotecas, museus, jornais, televisão, arquivos. Levy (1999: 126) destaca que é o conjunto dessa “[...] rede hidrográfica”, até o menor dos BBS, que constitui o ciberespaço, e não somente a internet”.

Quanto ao crescimento do ciberespaço - que nos parece muito interessante para falarmos da inclusão social e das possibilidades de aquisição de conhecimento pela pessoa deficiente, tanto no aspecto formal quanto informal - são três os

princípios que orientam tal crescimento: *a interconexão, a criação de comunidades virtuais e a inteligência coletiva*. No tocante a interconexão,

[...] a cibercultura aponta para uma civilização da telepresença generalizada. Para além da física da comunicação, a interconexão constitui a humanidade em um contínuo sem fronteiras, cava um meio informacional oceânico, mergulha os seres e as coisas no mesmo banho de comunicação interativa. A interconexão tece um universal por contato (LEVY, 1999: 127).

A criação de *comunidades virtuais*, por sua vez, se apresenta como desdobramento da *interconexão* estando a criação e desenvolvimento das comunidades virtuais ancorados na interconexão.

[...] uma comunidade virtual é construída sobre as afinidades de interesses, de conhecimento, sobre projetos mútuos, em um processo de cooperação ou de troca, tudo isso independentemente das proximidades geográficas e das filiações institucionais (LEVY, 1999: 127).

É um equívoco pensar as relações entre novos e antigos dispositivos de comunicação em termos de substituição, pois somos conscientes que às relações virtuais não substituem, indubitavelmente, os encontros físicos nem tampouco as viagens e outras tantas experiências. A apologia das interações virtuais não pode subtrair os fundamentos sociais das relações humanas.

Podemos, portanto, sustentar que as assim chamadas "comunidades virtuais" realizam de fato uma verdadeira atualização (no sentido da criação de um contato efetivo) de grupos humanos que eram apenas potências antes do surgimento do ciberespaço. A expressão "comunidade atual" seria, no fundo, muito mais adequada para descrever os fenômenos de comunicação coletiva no ciberespaço do que "comunidade virtual". [...] A cibercultura é a expressão da aspiração de construção de um laço social, que não seria fundado nem sobre links territoriais, nem sobre relações institucionais, nem sobre as relações de poder, mas sobre a reunião em torno de centros de interesses comuns, sobre o jogo, sobre o compartilhamento do saber, sobre a aprendizagem cooperativa, sobre processos abertos de colaboração (LEVY, 1999:130).

O salto qualitativo, considerável, sobre a aprendizagem do estudante com limitações por deficiência é a transformação nos enfrentamentos atitudinais e valorativos que fazem significativa diferença para a efetivação real da inclusão sócio-educacional e que são positivamente modificados favorecendo a acessibilidade, concretizada pela EAD. Defendemos, neste texto, que o estudante com limitações provenientes de deficiência pode usar a cibercultura como ferramenta do seu aprimoramento intelectual. A prática da educação inclusiva está repousada em princípios como aprendizagem através de cooperação, aceitação da pluralidade humana, valoração de cada pessoa e a convivência dentro da diversidade. Tais objetivos coadunam com os três princípios que regem a cibercultura: *interconexão, criação de comunidades virtuais e inteligência coletiva*.

O movimento de organização social e cultural denominado de *inteligência coletiva* que o ciberespaço oportuniza através da articulação e difusão de idéias, informações pesquisas, comentário, não convergindo sobre um conteúdo específico, mas sim sobre uma forma de comunicação, interativa, comunitária, transversal, não midiática, é um grande mote a ser estudado.

A inteligência coletiva, enfim, seria o modo de realização da humanidade que a rede digital universal felizmente favorece, sem que saibamos a priori em direção a quais resultados tendem as organizações que colocam em sinergia seus recursos intelectuais. [...] Universal, enfim, já que o programa da inteligência coletiva diz respeito tanto às empresas como às escolas, às regiões geográficas como às associações. O ciberespaço surge como a ferramenta de organização de comunidades de todos os tipos e de todos os tamanhos em coletivos inteligentes, mas também como o instrumento que permita aos coletivos inteligentes articularem-se entre si (LEVY, 1999: 132).

Compreender como se dá à dinâmica da formação humana que intenciona preparar os indivíduos para compreender a sociedade em que vivem a partir do acesso à educação e a novas formas de comunicação, não é uma tarefa fácil frente a todas

as alterações sociais e tecnológicas na qual convivemos cotidianamente. As novas formas de comunicação e de aprendizagem formal e informal através das redes digitais são presenças legítimas na sociedade moderna e uma realidade mundial. Peça fundamental do grande quebra-cabeça em que se transformou o mundo no século XXI, as redes digitais são importantes estratégias na defesa de uma política educacional preocupada com a educação para todos que seja de qualidade. Acrescida da perspectiva da Educação a Distância, na qual objetiva incluir todas as pessoas estejam elas marginalizadas ou não, é uma alternativa que está sendo posta a constantes verificações e avaliações.

Refletir sobre a forma como as pessoas se comunicam e as implicações com a formação da sociedade, é uma tarefa urgente para aqueles que pretendem compreender de que maneira a sociedade está preparando seus indivíduos para as constantes mudanças nos modos de organização da educação, do trabalho entre outras relações sociais.

Apoiamo-nos numa perspectiva crítica sem a pretensão de esgotar o assunto para afirmar, neste estudo, que a tecnologia não acentua os modos de exclusão já existentes. Dialeticamente, as novas tecnologias e também a EAD podem abrir possibilidades de outras maneiras de inclusão sócio-educacional do portador de deficiência pelos meios digitais, a partir das interações, representação e organização social e contraposição às formas hegemônicas de exclusão historicamente existentes.

Contabilizar os ganhos para as pessoas com limitações por deficiência é uma questão que deve ser pensada e construída sob diferentes prismas, porém, o principal para nós, neste estudo, é destacar que as interações sociais - tão importantes para se conquistar a inclusão de todas as pessoas que se encontram à margem da sociedade - são estimuladas a partir da rede.

Além disso, um novo sistema de comunicação que fala cada vez mais uma língua universal digital tanto está promovendo a integração global da produção e distribuição de palavras, sons e imagens de nossa cultura como personalizando-os aos gostos das identidades e humores dos indivíduos. As redes interativas de computadores estão crescendo exponencialmente, criando novas formas e canais de comunicação moldando a vida e, ao mesmo tempo, sendo moldadas por elas (CASTELLS, 1999:40).

Atualmente, o acesso à tecnologia e as informações necessárias para tal uso estão caminhando para a democratização e popularização. Em se tratando de benefícios para as pessoas com limitações por deficiência e suas famílias, estes se caracterizam na idéia de *rede* se sujeitos ao fato de que, mesmo que virtualmente, essas pessoas não se encontrarem sozinhas, ilhadas nos seus problemas, podendo por meio da rede dividir, com distintas pessoas, inúmeras experiências.

Não se trata de considerar a Educação à Distância apenas como uma 'segunda via', de cunho compensatório, para quem não pode assistir às aulas, ou apresenta uma defasagem na relação idade/série, ou de utilizar a qualquer custo as tecnologias. Mas sim de acompanhar consciente e deliberadamente uma mudança de civilização que está questionando profundamente as formas institucionais, as mentalidades e a cultura dos sistemas educativos tradicionais e, notadamente, os papéis de professor e aluno. O que está em jogo na cybercultura, tanto no plano da redução de custos como no do acesso de todos à educação, não é tanto a passagem do 'presencial' para a 'distância' e, tampouco, da escrita e do oral tradicionais para a multimídia. É sim, a transição entre uma educação e uma formação estritamente institucionalizada (escola, universidade) e uma situação de intercâmbio generalizado dos saberes, de ensino da sociedade por ela mesma, de reconhecimento autogerido, móvel e contextual das competências (VILLARDI, 2005: 69).

O desafio atual posto àqueles que advogam a inclusão democrática é o debate multidisciplinar, em diferentes instâncias, sobre a temática inclusão educacional da pessoa com limitação por deficiência na sociedade da informação e comunicação a partir da ótica da *ilusão fecunda*⁸ como possibilidade de mobilidade social, pensando que o acesso ao conhecimento denota as diferenças de oportunidades. Finalizando, um caminho possível é aventar a EAD como integrante de um conjunto de ações afirmativas implantada para amenizar as desigualdades sociais e a exclusão, e não como um instrumento para refinar e aprofundá-las.

Notas

1. Utilizamos os termos: pessoa com limitação oriunda de deficiência, portador de necessidades especiais, pessoa deficiente como sinônimos tentando demarcar o grupo que é objeto de nossa análise, e não com a intenção de difundir preconceitos.
2. Cf. Pinto, Alvaro. V. (2004), que aborda a questão da tecnologia do ponto de vista filosófico, entendemos que a técnica e a cibernética têm alcance universal, ponto fundamental para o nosso debate.
3. Autor das obras: O sistema dos objetos (1968); À sombra das maiorias silenciosas (1978); Da Sedução (1979); Simulacros e Simulação (1981); América (1988); Cool Memories I (1990); A troca impossível (1999); e por último, porém não menos importante, O lúdico e o policial (2000).
4. Distintos autores afirmam que a cibercultura se consolida, completamente, nos anos 1980 através da informática de massa e nos 1990 com o surgimento das tecnologias digitais e a popularização da Internet.
5. Cf. VILLARDI, Raquel. (2005:14), quando se refere aos Indicadores de Qualidade para Cursos de Graduação à Distância. Ministério da Educação, Brasília, (1999).
6. Cf. Decreto n.2.494, de 10 de fevereiro de 1998, que regulamenta o artigo 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Indicadores de Qualidade para Cursos de Graduação à Distância. Ministério da Educação, Brasília, 1999)
7. Cf. BELLONI, M. L. (2002). Autores que discutem EAD e deficiência: HANSEN, P. (2003); BONATTO, S. J. (2003)
8. Cf. SPÓSITO, Marília Pontes. A ilusão fecunda: A luta por educação nos movimentos populares. São Paulo: HUCITEC, 1993.

Bibliografia

- BATISTA, W. B. *Educação a distância e o refinamento da exclusão social*. In: Conect@.br n4, 2002 acesso em 02/08/2005.
- BONATTO, S. J. O desenvolvimento de um modelo de ambiente promotor de inclusão de pessoas com deficiência visual na WEB. Unioeste, 2003 (dissertação de Mestrado).
- BELLONI, M. L. *Ensaio sobre Educação à Distância no Brasil* In: Educação e Sociedade. Vol.23, n.78. Campinas, 2002.
- CASTELLS, M. A Sociedade em Rede. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- HANSEN, P. Adaptações do Modelo de EAD para pessoas com necessidades especiais (paralisia cerebral). UFSC, 2003 dissertação (Mestrado).
- LÉVY P. *Cibercultura*. São Paulo/SP: Ed. 34, 1999.
- VILLARDI, R. & OLIVEIRA, E. G. *Tecnologia na educação: uma perspectiva sócio-interacionista*. Rio de Janeiro: Dunya, 2005.
- VILLARDI, R. *Educação à Distância: Bases para uma discussão de mérito*. Rio de Janeiro, Programa de Políticas Públicas e Formação Humana – UERJ, set. 2005.